

CAF  D

Catholic Agency for
Overseas Development



**PROTEGER
NOSSA CASA
COMUM:**

Defensoras e defensores da
terra e do meio ambiente na
América Latina



Financiado pela
União Europeia



Victoria Quispesivana Corrales, defensora do meio ambiente em Chumbivilcas, Peru

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Nosso mundo está enfrentando uma complexa crise social e ambiental inter-relacionada: os impactos do coronavírus, e a crise climática e da biodiversidade. Proteger as pessoas defensoras do meio ambiente e dos direitos humanos é essencial se quisermos responder aos clamores interconectados da terra e dos pobres.

Este relatório é baseado em pesquisas feitas entre os anos 2019 a 2021 sobre as tendências atuais de abusos dos direitos humanos enfrentados por pessoas defensoras dos direitos humanos (DDHs) da terra e do meio ambiente em seis países da América Latina – Bolívia, Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras e Peru.

Detalha os **desafios e ameaças** enfrentados por DDHs em cada país, destacando onde eles estão ligados ao comportamento corporativo e aos impactos da pandemia do coronavírus.

Ele também compartilha o aprendizado sobre as **diferentes estratégias e abordagens** utilizadas por DDHs para impulsionar mudanças.

Por fim, **recomenda** formas de como os Estados, empresas e investidores podem apoiar o trabalho de DDHs.

A REALIDADE DESCONFORTÁVEL

As pessoas defensoras dos direitos humanos ajudam a responsabilizar aos governos e empresas pelas suas ações, garantem que os modelos de desenvolvimento coloquem as pessoas à frente do lucro e protegem nosso planeta. No entanto, em virtude de seu trabalho, elas enfrentam criminalização, assédio e violência – até mesmo a morte.

Nosso relatório revela que tanto os Estados quanto as empresas agem com desrespeito em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente. A pandemia COVID-19 exacerbou as profundas desigualdades em toda a região e levou ao aumento das ameaças e ataques a DDHs da terra e meio ambiente e de suas comunidades. Muito disso está intrinsecamente ligado ao acesso e controle sobre terras e territórios. Contra um pano de fundo de presença estatal limitada, enormes assimetrias de poder entre empresas, estados e comunidades locais e impunidade generalizada, as pessoas defensoras de direitos humanos muitas vezes não têm a quem recorrer em busca de proteção.

Este relatório destaca seis questões-chave enfrentadas por DDHs da terra e do meio ambiente em seis países e estudos de caso incluídos na pesquisa. Essas questões não são isoladas, mas formam um padrão de abuso em toda a região: geralmente afetando grupos já sub-representados – comunidades indígenas, afrodescendentes e comunidades camponesas (pequenos agricultores), e mulheres – na sua maioria.

1. Ameaças e ataques contra DDHs estão intrinsecamente ligados ao controle e acesso desiguais à terra e aos recursos naturais.
2. DDHs operam em um ambiente hostil no qual o espaço cívico é restrito, com espaços limitados para as comunidades contribuírem com as decisões que as afetam.
3. Os Estados estão falhando em proteger defensores dos direitos humanos de danos, em um cenário de presença limitada do Estado, corrupção generalizada e impunidade.
4. A estigmatização e a criminalização são usadas pelos Estados e também pelas empresas para transformar DDHs em alvos; em contraste, os perpetradores gozam de impunidade generalizada.
5. A pandemia COVID-19 aumentou os riscos enfrentados pelos DDHs na defesa de seus direitos e do meio ambiente. Isso inclui os riscos da atividade corporativa, uma vez que os Estados priorizam as indústrias extrativas para a recuperação econômica.
6. A atividade corporativa, sustentada por modelos econômicos estatais que favorecem fortemente a expansão de grandes agronegócios, mineração e grandes projetos de infraestrutura, é elemento-chave em relação aos ataques a esses DDHs.

ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA

Mas, no entanto, nem tudo é sombrio. Apesar dos perigos que enfrentam, DDHs e organizações estão usando estratégias inovadoras para resistir às atividades empresariais e estatais prejudiciais e para gerar mudanças nos países nos quais trabalham. O relatório destaca algumas dessas estratégias:

1. **Ampliação das vozes, agência e lideranças locais** para agir, organizar e documentar abusos de direitos humanos e danos ambientais (por exemplo, por meio do monitoramento participativo da água em Espinar, Peru).
2. **Mobilização coletiva e a construção de coalizões para a incidência**, incluindo o protesto social, por exemplo na Guatemala por meio de marchas anuais pela restituição de terras e fornecimento de evidências e documentação de abusos de direitos humanos (como relatórios sobre violência rural e conflitos de terra no Brasil).
3. **Uso de mecanismos jurídicos e administrativos e estratégias de autoproteção**, como o acompanhamento da sociedade civil, fundos de emergência e o litígio estratégico, como no caso dos DDHs de Guapinol em Honduras. Outras estratégias importantes incluem o reconhecimento legal da autodeterminação (usado pelo povo Qhara Qhara na Bolívia para proteger seu território, recursos naturais e o meio ambiente) e consultas públicas (usado em Tolima, Colômbia, para defender e proteger territórios, meios de subsistência e água derivados da mineração).
4. **Advocacia internacional**, com o Reino Unido, a UE e outros governos, bem como com investidores corporativos, formando elos com advocacia local e nacional e coalizões com direitos humanos e redes de justiça social.
5. **Utilizar mecanismos e instrumentos internacionais de direitos humanos**, como os Procedimentos Especiais da ONU, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e mecanismos de relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

RECOMENDAÇÕES

Garantir e promover um ambiente propício onde os DDHs possam operar com liberdade e segurança é um elemento importante de uma sociedade e economia aberta e funcional, e ajuda a promover igualdade, respeito pelos direitos humanos para todos e proteção do meio ambiente – cuidando nossa casa comum. Essa é a responsabilidade de todos nós – governos, empresas e investidores, organizações internacionais e cidadãos.

A CAFOD faz uma chamada à ação para proteger os DDHs dos ataques que enfrentam e para combater os impulsores desse abuso – poderosas forças políticas e econômicas lucrando com suas terras, água e florestas e modelos de desenvolvimento que levam à destruição ambiental, mudanças climáticas e abusos dos direitos humanos. As seguintes recomendações são detalhadas na íntegra no capítulo de conclusão do relatório:

GOVERNO DO REINO UNIDO:

- Introduzir uma nova lei para obrigar as empresas a prevenir impactos negativos sobre os direitos humanos e o meio ambiente e responsabilizá-las se não o fizerem.
- Implementar efetivamente as Diretrizes para Defensores dos Direitos Humanos de 2019.
- Reconhecer os direitos coletivos das comunidades e seus defensores e defensoras.

UE E ESTADOS MEMBROS:

- Introduzir legislação forte sobre devida diligência ambiental e de direitos humanos.
- Implementar efetivamente as Diretrizes da UE sobre as pessoas defensoras dos Direitos Humanos.

ESTADOS LATINO-AMERICANOS:

- Pôr fim à criminalização e estigmatização dos defensores, garantindo um ambiente seguro e favorável e reconhecendo a contribuição positiva que os DDHs representam para a sociedade.
- Proteger a independência do judiciário e das instituições públicas nacionais de direitos humanos.
- Implementar mecanismos de proteção robustos, preventivos e integrados.
- Garantir consulta significativa, participação e consentimento livre, prévio e informado - garantindo que isso se estenda a todas as comunidades, não apenas aos povos indígenas.
- Fortalecer mecanismos vinculantes de participação democrática que reconheçam os direitos das comunidades camponesas e rurais.
- Assinar, ratificar e implementar o Acordo Escazú.
- Combater a impunidade por meio de investigação imediata e eficaz, processo e punição para os responsáveis por ordenar, financiar e executar assédios, ataques e assassinatos de DDHs.

TODOS OS GOVERNOS:

- Apoiar o Tratado Vinculante das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.
- Apoiar e impulsionar a incorporação de povos indígenas, pessoas defensoras da terra e do meio ambiente nas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas como parte da implementação dos compromissos da UNFCCC e do Acordo de Paris para reduzir os gases de efeito estufa e limitar o aumento da temperatura global para 1,5 ° C.

EMPRESAS E INVESTIDORES:

- Respeitar o princípio do consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas e outras comunidades afetadas por suas cadeias de suprimentos, operações e investimentos.
- Demonstrar compromisso com os DDHs por meio da adesão aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e as Diretrizes da OCDE sobre Empresas Multinacionais.
- Impedir aprovação para investimentos em que as avaliações de impacto revelem sérios riscos aos direitos humanos e ambientais e às ameaças às liberdades cívicas e aos defensores.
- Abster-se de estigmatizar e criminalizar os defensores e, em vez disso, defender publicamente os DDHs de terras e do meio ambiente quando forem atacados.

MAPA DE PAÍSES E ESTUDOS DE CASO APRESENTADOS



FATOS-CHAVE

Em 2020, **209 milhões de pessoas (33.7% da população) na América Latina** viviam em situação de pobreza, o que representa **um aumento de 22 milhões** em relação ao ano anterior. Destes, 78 milhões (12,5% da população) viviam em extrema pobreza, 8 milhões a mais do que em 2019.

Fonte: CEPAL, Panorama Social da América Latina 2020.

264 DDHs foram mortos na América Latina em 2020, com mais de 40% destas pessoas trabalhando em direitos ambientais e de terras e com povos indígenas.

Fonte: Front Line Defenders, Análise Global 2020.

A América Latina viu o maior número de **ataques contra pessoas defensoras de direitos humanos que trabalham com questões de direitos humanos relacionados a negócios** em todo o mundo, registrando **194** dos 604 casos registrados em 2020, com a maioria dos ataques associados aos setores de agronegócio e mineração.

Fonte: Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos, In the Line of Fire, 2021.

A Colômbia continua sendo o país com o maior número de defensores de direitos humanos mortos no mundo. 177 dos 331 assassinatos registrados pelo Front Line Defenders em 2020 ocorreram na Colômbia (totalizando um assassinato de uma pessoa defensora de direitos humanos na Colômbia a cada 2,5 dias em 2020). 1.000 líderes sociais e pessoas defensoras de direitos humanos foram mortos desde a assinatura do Acordo de Paz em novembro de 2016 até agosto de 2020, de acordo com a Indepaz.

Na Amazônia Peruana, ao menos **sete líderes indígenas e pessoas defensoras do meio ambiente foram assassinadas** no ano até março de 2021.¹

Na Bolívia, **6,4 milhões de hectares de floresta** foram destruídos por incêndios florestais e por incêndios por ações humanas para atividades agrícolas em terras privadas e comunais em 2019.

No Brasil, **11.088 km² de áreas protegidas e terras indígenas** na floresta amazônica foram destruídas em 2020 - o equivalente ao tamanho da Jamaica e a maior quantidade perdida nos últimos 12 anos.

O projeto de mineração Cerrejón, na Colômbia, consome **24 milhões de litros de água por dia**. Cerca de **40% das fontes de água da região** têm desaparecido como resultado da atividade de mineração.

Fonte: Revista Noche y Niebla n° 61, Cinep/PPP.

Mais de 10 resoluções legais colombianas para proteger o direito das comunidades à vida, aos meios de subsistência, à água, ao meio ambiente seguro e para manter a consulta prévia ainda não foram totalmente implementadas pelo Estado colombiano e pela empresa responsável pelas operações de mineração de Cerrejón.

Fonte: Revista Noche y Niebla n° 61, Cinep/PPP.

No Brasil, pelo menos **1985 pessoas foram mortas** em conflitos rurais em torno de terra e água nos últimos 35 anos. **92% dessas mortes permanecem sem solução**. 2020 registrou o maior número de conflitos de terra desde 1985, 25% a mais do que em 2019 e 57% a mais do que em 2018. As invasões territoriais aumentaram 103% em 2020, em comparação com 2019, com 71% dos afetados sendo povos indígenas.

Na Guatemala, **313 pessoas defensoras de direitos humanos foram detidas, presas ou enfrentaram acusações legais** por seu trabalho em 2020.

Fonte: Udefegua, 2020.

Em Honduras, **oito pessoas defensoras da água passaram mais de 21 meses injustamente presas** por defender os rios do parque nacional Carlos Escaleras contra um projeto de mineração de Inversiones Los Pinares.

No Peru, líderes sociais da província de Espinar, na região de Cusco, que em dezembro de 2020 depois de enfrentar **acusações criminais por mais de oito anos** foram declarados inocentes, viram a sentença apelada.

Em Espinar, Peru, as ações da polícia durante protestos contra o projeto de mineração Antapaccay de propriedade da Glencore em 2020 deixaram **três pessoas com ferimentos a bala**, seis feridos com fragmentos de projéteis e outros feridos. Também 20 pessoas ficaram feridas pela polícia no conflito de Livitaca, Chumbivilcas.

¹ www.caaap.org.pe/2021/Documentos/Comunicado-de-los-Obispos-de-la-Amazonia-Peruana-18-de-marzo-de-2021.pdf